

POLÍCIA E POLÍTICA: RELAÇÕES ESTADOS UNIDOS/AMÉRICA LATINA

Police and Politics: the United States/Latin America relations

Andréa Roloff Lopes*

HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

Martha K. Huggins é professora de Sociologia do *Union College* (Schenectady, Nova York) e estuda temas relacionados à polícia latino-americana. Esta obra foi resultado de uma ampla pesquisa de documentos norte-americanos sobre o tema, muitos dos quais inéditos. Foram analisados os arquivos do Departamento de Estado, Guerra e de Defesa, da Organização para o Desenvolvimento Internacional (AID), do *Bureau Federal de Investigações* (FBI) e da Organização Central de Informações (CIA).

A autora teve acesso a estes documentos invocando nos Estados Unidos a Lei de Liberdade de Informação (*Freedom of information Act - FOIA*), processo muitas vezes demorado e tortuoso que permitiu a consulta de grande parte do material. Porém muitos documentos ainda sofreram censura. Entrevistas com funcionários públicos (americanos e brasileiros) e policiais que estavam ligados ao treinamento da polícia também complementaram a coleta de dados.

O treinamento das polícias estrangeiras foi justificado pelo governo norte-americano principalmente como um meio de promover uma justiça penal mais eficaz, profissionalizar as ações policiais, tornar as forças policiais menos violentas e corruptas e colaborar para o respeito dos direitos humanos nos países latino-americanos; enfim, instituir o “império da lei”.

Huggins questiona esta justificativa e defende em seu trabalho que “o propósito fundamental da ajuda dos Estados Unidos às polícias latino-americanas foi o de atuar como mecanismo para ganhar controle sobre os sistemas de segurança interna dos países beneficiários e não o de fomentar a difusão da democracia” (p. 22). Para atingir este objetivo os Estados Unidos

* Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná

buscavam penetrar no sistema policial do país estrangeiro, pois, desta forma poderiam moldar e influenciar os futuros oficiais da polícia destas nações. Neste processo, fortaleciam a sua posição dentro do Estado beneficiário e também no sistema internacional.

Ao longo de dez capítulos a autora mostra como se deu a evolução, desde o início do século XX, das práticas de treinamento da polícia americana e qual o seu impacto na América Latina, com ênfase no estudo do caso brasileiro. Este destaque é justificado pelo fato do Brasil ser considerado um país estratégico pelo governo norte-americano.

Nas primeiras décadas do século XX a atuação norte-americana nos países latino-americanos foi feita principalmente na forma de intervenção direta com o objetivo de instituir novas forças policiais e obter o controle sobre a sua segurança interna, garantindo, assim a rede de comércio com os Estados Unidos (p. 26). Este procedimento pode ser exemplificado com a ocupação de Cuba (1898), Haiti (1915), República Dominicana (1916), Panamá (1918) e Nicarágua (1925).

A perspectiva era que a interferência nestes Estados garantiria os interesses norte-americanos por meio do fortalecimento da “segurança interna do país onde as forças armadas fossem fracas e envolvidas demais na política, ou até mesmo inexistentes; os norte-americanos criaram forças policiais cuja primeira lealdade seria para com os Estados Unidos” (p. 31). O resultado não foi tão positivo como o esperado, pois muitas vezes esta lealdade não foi conseguida e a interferência exacerbou a agitação política no país “beneficiário”.

Conforme demostra a autora, a partir da década de 30 institui-se outra forma de influência norte-americana sobre os países da América Latina. A “ajuda” passou a ser indireta, pois os Estados Unidos passaram a defender a política de “boa vizinhança” e o respeito pela soberania dos demais países da América. As formas de penetração assumidas a partir daí foram veladas e praticamente invisíveis. Eram firmados tratados e acordos (para troca de suspeitos e informações) e o país interessado poderia pedir ajuda ao FBI para montar seu serviço secreto.

Esta forma indireta de influência que Huggins chama de “internacionalização pela porta dos fundos” foi o que aconteceu no Brasil durante o período de Getúlio Vargas. A colaboração entre a polícia política brasileira e a embaixada americana no combate ao comunismo era tal que a DOPS do Rio de Janeiro permitia o acesso a documentos que negava inclusive ao Ministério das Relações Exteriores (p. 54). Os contatos e interferências eram feitos principalmente por meio de agentes do FBI, que ajudaram a organizar e

centralizaram muitas forças policiais na América Latina no período anterior a Segunda Guerra Mundial.

A relação entre os policiais e os agentes do FBI era estreita e pessoal. Os futuros chefes de polícia do país que estavam sendo treinados eram convidados para visitar a Academia do FBI em Washington com o objetivo de aprimorar seu desempenho técnico. Nesse processo criavam laços de amizade com os agentes norte-americanos e se tornavam, posteriormente, fontes importantes e extra-oficiais para os órgãos de inteligência norte-americana. Essa relação se manteve também no período do pós-guerra.

As práticas pontuais de treinamento ou de intervenção violenta, características do período anterior à Segunda Guerra Mundial, foram substituídas por intervenções indiretas e por programas de treinamento no pós-guerra. A Guerra Fria acrescentou componentes ideológicos importantes, como a doutrina da segurança nacional e da contenção do comunismo no mundo, valorizando ainda mais a influência e o controle tributários do treinamento das polícias estrangeiras.

Segundo Huggins, “durante a Segunda Grande Guerra, os Estados Unidos ajudariam a construir estruturas policiais. O aparelho de inteligência aperfeiçoado que se criara durante a Segunda Grande Guerra receberia, ao final da guerra uma única missão: monitorar e reprimir a insurreição e os comunistas” (p. 65).

Nesta perspectiva, a única forma de ter resultados positivos na luta “contra o comunismo era modernizar, internacionalizar e coordenar de maneira centralizada o planejamento e as operações dos serviços norte-americanos de inteligência” (p. 83) e treinar as polícias latino-americanas para que tivessem esse mesmo objetivo. De acordo com essa hipótese, somente o reforço da segurança interna proporcionaria um ambiente seguro para o desenvolvimento econômico do país.

Para isso, estes governos latino-americanos deveriam ser convencidos do perigo eminente. É em razão desta estratégia norte-americana para o combate mundial do comunismo que tem início o programa de segurança pública brasileira em 1957, quando o governador de São Paulo solicitou um estudo técnico sobre a polícia do seu estado. A partir deste momento foram feitos vários contatos com agentes americanos e o general Amaury Kruel, comandante das forças policiais da capital federal. Ele foi aos Estados Unidos para uma visita técnica às forças policiais norte-americanas e deu início a um amplo programa para reformar a polícia brasileira, que tinha como principal objetivo o combate ao comunismo (p. 112).

A autora propõe que Kruel defendia a total concordância com o programa americano e buscava “instituir uma burocracia especializada, integrada por elementos dos Estados Unidos e do país anfitrião, que operasse paralelamente a uma burocracia já existente, representando essa nova burocracia ‘multinacional’ um modelo para a reforma da antiga burocracia – mecanismo para ‘ensinar os brasileiros a se treinarem eles próprios’” (p. 113).

Foi instituído no Rio de Janeiro, por Kruel, um grupo especial na polícia. Eram “homens corajosos”, dispostos a morrer na perseguição aos bandidos e que atuavam fora da instituição formal. Faziam parte do “Serviço de Diligência Especial”, unidade especializada dentro do “Esquadrão Motorizado” (E. M.). A partir de sua criação começaram a aparecer no Rio de Janeiro corpos em terrenos baldios, com marcas de torturas e mensagens (“Eu era ladrão”, por exemplo) assinadas com as iniciais E.M. Analisando essa questão, Huggins afirma que:

O “esquadrão da morte” secreto de Kruel pode assinalar o início de uma nova degenerescência desses grupos “informais” oriundos do aparelho policial formal (...). Esta atividade dos esquadrões da morte estava em pleno florescimento no Brasil, no momento em que os Estados Unidos ali ampliavam seu programa de treinamento oficial (...). Os registros demonstram que, ao invés de reprimir os esquadrões da morte, alguns consultores de segurança pública norte-americanos de fato cooperaram com membros do governo brasileiro e com policiais locais envolvidos com esquadrões da morte. A ajuda policial norte-americana dava sustentação à degenerescência do sistema policial brasileiro (p. 114-115).

O programa de treinamento das polícias estrangeiras têm um forte impulso quando, em 1962, John Kennedy cria dentro da Organização para o Desenvolvimento Internacional (AID) a Seção de Segurança Pública (OPS) que, com a ajuda secreta da CIA, passa ser o principal órgão de intervenção americano no treinamento das polícias estrangeiras. Os treinamentos poderiam ser feitos nos EUA ou no país solicitante e incluíam técnicas de vigilância e interrogatório, formas de coleta de informações, de realização de batidas, de controle de motins e multidões. A autora estima que por meio deste relacionamento secreto com a OPS, a CIA teve condições de desenvolver “um relacionamento profissional estreito com mais de um milhão de policiais por todo o mundo” (p. 128).

Quando os militares assumiram o poder no Brasil, com o golpe de 64, prometeram eliminar o perigo do comunismo e da subversão. Este fato é comemorado como “uma grande vitória do mundo livre”, de acordo com as palavras de Lincoln Gordon, embaixador americano no Brasil naquele período.

No período da ditadura acontece o que a autora define como centralização e recrudescimento do autoritarismo do Estado e de sua polícia, resultantes da militarização do Estado. Foram criados vários órgãos de coleta de informações e controle social (como o SNI, criado com a ajuda da CIA e do OPS) e foram redefinidas as funções da Polícia Civil e Militar. O auge desta centralização autoritária e do modelo de especialização e compartmentalização foi a criação do DOI-CODI em 1970. Estima-se que o treinamento tenha atingido cerca de cem mil policiais brasileiros (p. 222).

Este recrudescimento e aumento do autoritarismo era visto de forma positiva pela OPS-Brasil, já que a Lei de Segurança Nacional de 1969 (que restringia de forma drástica a liberdade de reunião, associação e imprensa) era vista como uma maneira de facilitar a ação do governo contra a subversão. O fechamento do Congresso também foi bem recebido, pois assim as metas de centralização e profissionalização da polícia seriam atingidas rapidamente, sem ser necessário enfrentar o “lento” processo legislativo (p. 174).

Com a justificativa de proteger o país contra o comunismo, foram burocratizados, racionalizados e viraram rotina o sigilo, a fraude, a violência, a tortura, os “desaparecimentos” e assassinatos. E, segundo Huggins, os Estados Unidos deixaram de denunciar esse tipo de violência, além de colaborar de forma ativa com policiais e militares que Washington sabia estarem praticando esse abuso de poder (p. 199). Nesta “guerra santa” contra o comunismo não importavam os meios utilizados:

A OPS-Brasil continuava a estimular o governo militar a aprovar leis repressivas e apoiava com entusiasmo os líderes “linha dura” e outras formas de governo autoritário. A OPS-Brasil não insistiu em que se cortasse ou limitasse a ajuda a um governo que disciplinava rigidamente a política organizada, reprimia o protesto público, e submetia seus cidadãos à violência, à tortura e ao assassinato sistemático.(...) tudo o que importava para OPS era o progresso instrumental: organização modernizada da polícia, coleta aprimorada de informações, tecnologias aperfeiçoadas de controle e de investigação e práticas de interrogatórios mais “eficientes”. (p. 200-201)

Desta forma, fica claro que a burocratização e centralização do Estado sobre a segurança interna não surtiu os efeitos esperados, além de ser utilizada como um meio para sufocar a participação política da sociedade civil. A redistribuição de funções também enfatizou as rivalidades existentes dentro da polícia e fomentou a degenerescência do sistema policial brasileiro.

O Congresso americano passou a investigar as atividades da OPS-Brasil a partir de denúncias feitas em organismos internacionais de defesa dos direitos humanos. Estas denúncias acusavam este órgão do governo norte-americano de ser conivente com governos que usavam a violência e o terror contra a sua população. O resultado deste processo investigativo foi a extinção da OPS, em 1974, pelo governo Gerald Ford, pois “qualquer coisa que não fosse o seu desmantelamento total poderia levar a uma investigação completa – e muito constrangedora – sobre todas as atividades anteriores da OPS” (p.226).

Na conclusão do trabalho é levantada outra questão importante. A autora afirma, resgatando Charles Tilly, que a capacidade de controle e hegemonia de um governo é firmada por sua capacidade de proteger contra a violência de um perigo, que muitas vezes é criado pelo próprio Estado (p. 229). É nesta perspectiva caracterizada como “chantagem protecionista” que o treinamento das polícias estrangeiras pelos Estados Unidos pode ser entendido. A “grande ameaça” criada era o avanço comunista. Segundo a autora:

...fazer com que os países latino-americanos aceitassem e contribuíssem para o financiamento da ajuda policial acabou sendo uma forma de extorsão: os governos latino-americanos podiam optar entre aceitar a ajuda norte-americana às polícias, ou então perder outras formas de ajuda econômica não militar, ou ainda enfrentar o custo político e econômico muito mais elevado da ajuda militar norte-americana, ou enfim ficar sujeito a um golpe militar apoiado pelos Estados Unidos (p. 233).

A obra de Martha Huggins tem o mérito de elucidar questões importantes referentes a relação entre a política dos Estados Unidos e América Latina. Contando com o apoio de documentação inédita sobre o tema, ela faz um panorama detalhado e esclarecedor, mostrando como a interferência norte-americana potencializou os problemas internos existentes na região e no Brasil.

Ao contrário da positividade na profissionalização que era a justificativa apresentada pelos norte-americanos, o que houve foi o fomento do processo de degenerescência das polícias dos países latino-americanos.

Conflitos internos, violência, autonomia de grupos paralelos como os esquadrões da morte são exemplos desse processo.

Essas questões são inquietantes para a atualidade em que, novamente, os Estados Unidos pretendem auxiliar as polícias latino-americanas a combater o narcotráfico e grupos terroristas. Pensar na experiência histórica relatada por Huggins aponta para uma perspectiva nada otimista e que demanda perene cautela dos Estados periféricos que recebem tal influência, principalmente considerando-se os acordos supranacionais ou mesmo multilaterais que vêm sendo travados na contemporaneidade.